

UM PROBLEMA EM METAFÍSICA MODAL

Rodrigo Cid *

MURCHO, Desidério. *Essencialismo Naturalizado: aspectos da metafísica da modalidade*. Coimbra: Angelus Novus, 2002.

Introdução

O problema central abordado por este livro é se os particulares têm propriedades essenciais não triviais. Desidério Murcho, na posição de essencialista, defende que eles o têm, enquanto o antiessencialista defende que eles não o têm, por ser a lógica o único guia da necessidade. No primeiro capítulo, o Autor realiza uma discussão sobre as modalidades aléticas e epistêmicas. No segundo capítulo, ele defende a tese de que não há razões para pensarmos que as intuições essencialistas são incoerentes. E, finalmente, no terceiro e último capítulo, ele apresenta alguns argumentos a favor das verdades necessárias *a posteriori* e do essencialismo.

Quando nos perguntamos se os objetos particulares têm propriedades essenciais, ou seja, quando nos perguntamos se os particulares têm propriedades que não poderiam deixar de ter, poderemos obter dois tipos de respostas: a essencialista e a antiessencialista. Ambas aceitam que os particulares têm propriedades essenciais triviais, como "ser idêntico a si mesmo". Mas quando passamos a nos perguntar sobre propriedades essenciais não triviais, como Sócrates ser essencialmente um ser humano, surge, então, o debate. O antiessencialista pensa que todas as propriedades essenciais exemplificadas por um particular advêm de necessidade lógica ou

* Mestrando em Lógica e Metafísica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

conceitual, pois pensa que o que é logicamente possível ou necessário é metafisicamente possível ou necessário. Ele acredita que do momento que atribuímos um conceito ou uma descrição definida a um particular, suas propriedades essenciais e contingentes são estabelecidas. O essencialista pensa que existem propriedades essenciais que não podem ser exemplificadas ou atribuídas a um particular por mera força lógica ou conceitual e que essas só podem ser descobertas *a posteriori*. Ele não pensa que o que é logicamente possível ou necessário é metafisicamente possível ou necessário. Ele acredita que há propriedades que um particular não poderia deixar de ter, independente do conceito ou descrição que atribuímos a ele e independente de suas propriedades essenciais triviais (propriedades lógicas).

A partir do pensamento essencialista de que os particulares exemplificam propriedades de modo essencial e acidental, surgem quatro tipos de problemas, dos quais os três primeiros serão abordados no livro: (1) o problema lógico de se é possível uma teoria coerente do essencialismo; (2) o problema epistemológico de como é possível e justificável o conhecimento das verdades essencialistas hipotéticas (necessárias *a posteriori*); (3) o problema metafísico de que tipos de afirmações essencialistas são verdadeiras (essencialismo naturalizado); e (4) o problema ontológico de se há fatos modais e de qual tipo de existência têm.

Capítulo 1 – Noções Modais

Desidério Murcho utiliza o idioma modal dos mundos possíveis apenas como um instrumento para falar de possibilidades. Um mundo possível é visto como uma realidade possível. O mundo possível atual é como as coisas efetivamente são, e os mundos possíveis não-atuais são como as coisas poderiam ser. Em cada mundo possível, atual ou não-atual, as proposições recebem um valor de verdade. E a partir de como os valores de verdade de cada proposição se distribuem nesses mundos, elas podem ser verdades ou falsidades necessárias, contingentes ou possíveis. Uma verdade necessária é uma proposição que é verdadeira em todos os mundos possíveis; e uma falsidade necessária é uma proposição falsa em todos os mundos possíveis. Uma verdade contingente é uma proposição verdadeira pelo menos no mundo atual e falsa noutros; e uma falsidade contingente é uma proposição falsa pelo menos no mundo atual e verdadeira noutros. Uma verdade possível é uma proposição que é verdade em algum mundo possível e pode ou não ser falsa noutros; e uma falsidade possível é uma proposição que é falsa em algum mundo possível e pode ou não ser verdadeira noutros.

Como nossas proposições também falam sobre particulares e como a tese essencialista é justamente sobre propriedades de particulares, cabe uma

distinção entre os particulares e as propriedades. Essas últimas são representadas pelos predicados nas proposições. Os particulares são aqueles que exemplificam propriedades e dividem-se em concretos e abstratos, dependendo de se têm ou não localização espaço-temporal. Isso dá-nos margem para falar da diferença entre propriedades essenciais e propriedades necessárias. F é uma propriedade essencial se, e só se, t exemplifica F em todos os mundos em que t existe; e F é uma propriedade necessária se, e só se, t exemplifica F em todos os mundos possíveis. Por definição, a existência é propriedade essencial de qualquer particular e propriedade necessária dos particulares necessários. Mas uma propriedade essencial não é a essência do particular; a essência é uma propriedade essencial que individua o particular.

Um antiessencialista poderia pensar que o idioma das propriedades essenciais e acidentais é enganador, pois pensa a necessidade como somente lógica e, conseqüentemente, pensa todas as verdades necessárias como sendo analíticas. Para desconstruir o pensamento do antiessencialista, Desidério começa falando sobre a analiticidade. Ele a caracteriza como uma modalidade semântica, e a verdade analítica como quando o significado junto à sintaxe da frase são o suficiente para sabermos seu valor de verdade. Daí, ele distingue as sentenças analíticas de sentenças não-informativas ou de sentenças onde a extensão do predicado está contida na extensão do sujeito; e mostra-nos que não devemos entender a frase “A água é H₂O” como analítica, pois sabemos isso graças a uma descoberta empírica.

A analiticidade, contudo, é diferente do que é entendido por *a priori*. *A priori* e *a posteriori* não são entendidos como propriedades das proposições, mas como maneiras que as proposições podem ser conhecidas; são vistos apenas como modalidades epistêmicas. O conhecimento linguístico pode ser suficiente para determinar o valor de verdade da frase (*a priori*), ou pode não ser suficiente para isso (*a posteriori*).

Enquanto a teoria tradicional do *a priori* pensaria que o que é conhecido *a priori* não pode ser conhecido *a posteriori*, Desidério nos diz que Saul Kripke pensa que podemos conhecer *a posteriori* coisas que conhecemos *a priori*, como por exemplo o resultado de um cálculo complicado na calculadora. Ele asseve que todas as proposições conhecíveis *a priori* são conhecíveis *a posteriori* e que há uma classe de proposições que só é conhecível *a posteriori*. Murcho reformula mais rigorosamente tal tese desta forma: todas as proposições primitivamente conhecíveis *a priori* são derivadamente conhecíveis *a posteriori* e nenhuma verdade conhecível *a priori* é primitivamente conhecível *a posteriori*.

A tese de Kripke, do necessário *a posteriori*, tem duas interpretações: a fraca, que diz que verdades necessárias conhecíveis podem ser conhecidas *a posteriori*; e a forte, que diz que há verdades necessárias conhecíveis que não são conhecíveis *a priori* (ex.: a água é necessariamente H₂O). Outra

coisa é que o *a priori* não deve ser entendido como qualquer conclusão que obtenhamos por procedimentos lógicos, pois se não muitas de nossas inferências com premissas empíricas seriam *a priori*. Devemos também saber a verdade de cada uma das premissas; e é isso que determinará se a proposição foi conhecida *a priori* ou *a posteriori*. Se as premissas são conhecidas *a priori*, então a conclusão é conhecida *a priori*; mas se as premissas não são conhecidas *a priori*, então a conclusão também não o pode ser.

Segundo Murcho, tendemos a nos enganar se pensarmos que todas as proposições conhecíveis são suscetíveis de serem diretamente conhecidas (conhecimento não-inferencial), pois somos levados a aceitar que só podemos conhecer verdades necessárias lógicas e matemáticas, que como são primitivamente conhecíveis *a priori*, nos levam a pensar que todas as verdades necessárias conhecíveis são somente conhecíveis *a priori*. Kripke nega que todas as verdades necessárias sejam diretamente conhecíveis, indicando-nos que algumas verdades necessárias só são conhecidas indiretamente por meio de raciocínios com várias premissas, donde se uma premissa é *a posteriori*, a conclusão só poderia ser conhecida *a posteriori*.

Além disso, há também as modalidades aléticas da necessidade e da contingência, que são os modos que uma proposição é verdadeira ou falsa. E isso é medido dentro do campo das necessidades e das possibilidades, sendo elas lógicas, físicas ou metafísicas. Sobre as necessidades: P é necessário lógica ou analiticamente se, e só se, P é uma verdade lógica ou analítica (pois a verdade analítica é redutível a uma verdade lógica); P é necessário fisicamente se, e só se, as leis da física implicam P. Tudo que é logicamente necessário é fisicamente necessário, mas nem tudo que é fisicamente necessário é logicamente necessário. Sobre as possibilidades: P é uma possibilidade lógica ou analítica se, e só se, não-P não é uma falsidade lógica ou analítica; e P é fisicamente possível se, e só se, as leis da física não implicam não-P. Tudo que é possível fisicamente é possível logicamente, mas nem tudo que é possível logicamente é possível fisicamente.

Dessa distinção, então, o antiessencialista argumentaria que, se há possibilidades lógicas que não são físicas, então o essencialismo é falso, pois se é logicamente possível que P, então há um mundo possível que P é verdade; donde não-P não é essencial. Para respondê-lo, o essencialista traz a campo as noções neutras de possibilidade e necessidade absoluta e relativa: (a) se P é absolutamente necessário, então P é necessário; (b) se P é absolutamente possível, então P é possível; (c) se P é relativamente necessário, então não se segue que P é necessário; (d) se P é relativamente possível, então não se segue que P é possível. O essencialista naturalizado diria, então, que quando falamos de logicamente ou fisicamente necessário ou possível, estamos falando relativamente; mas que a questão que nos importa é se algo é absolutamente possível ou necessário. O antiessencialista, por outro

lado, pressupõe a possibilidade lógica como absoluta (ou seja, que se algo é logicamente possível, então é possível), como é exemplificado pelo Argumento da Negação de Hume. Este, especificamente, é: não é logicamente impossível que não-P; é logicamente possível que não-P; logo, é possível que não-P. É aí, então, que entra em cena o que chamamos de modalidade metafísica. Algo possível metafisicamente ou algo necessário metafisicamente é algo absolutamente possível ou necessário. Se algo é metafisicamente possível, então é possível; e se algo é metafisicamente necessário, então é necessário. A definição usada é de que P é uma verdade metafísica se, e só se, é impossível que P seja falsa dada a natureza intrínseca do mundo; e P é uma possibilidade metafísica se, e só se, a verdade de P não é impossível dada a natureza intrínseca do mundo. E, diferentemente da necessidade lógica, a negação de uma necessidade metafísica (assim como a física) não é uma contradição, é simplesmente uma impossibilidade metafísica; o que o Argumento da Negação parece não compreender adequadamente. O máximo que ele poderia asserir, pensa Desidério, é que a tese da necessidade metafísica carece de explicação independente da usada para explicar a necessidade lógica.

Enquanto o antiessencialista pensa que os domínios das possibilidades e necessidades lógicas e metafísicas coincidem, o essencialismo pensa que: há possibilidades lógicas que não são metafísicas, embora todas as metafísicas sejam lógicas; e que há necessidades metafísicas que não são lógicas, embora todas as lógicas sejam metafísicas. E, ainda, o essencialismo naturalizado radical pensa o domínio das possibilidades e necessidades físicas e metafísicas como coincidindo.

As intuições examinadas são as que falam que Sócrates é essencialmente um ser humano (não poderia não ser humano) e que a água é essencialmente H₂O, pois dada a natureza de Sócrates ou da água, não parece ao essencialista que eles poderiam não ter a propriedade de ser humano (no caso de Sócrates) ou de ser H₂O (para a água). O essencialismo pensa que mesmo que as leis da física fossem diferentes, os particulares ainda teriam certas propriedades.

Capítulo 2 – A Inteligibilidade do Essencialismo

O ataque ao essencialismo vem da posição empirista de que: (1) todo o conhecimento substancial do mundo é de natureza empírica, e (2) todas as proposições *a posteriori* são contingentes. Mas daí deve-se explicar: (I) a existência de conhecimentos aparentemente *a priori*, e (II) a existência de verdades necessárias. O positivismo lógico resolveu o problema afirmando que o conhecimento *a priori* é o conhecimento das verdades analíticas e que as verdades necessárias são verdades analíticas. Daí então, explicavam

as verdades analíticas indicando-as como advindas de convenções linguísticas. A descrição que acreditavam como ligada ao nome usado para fazer referência a um particular atribuía-lhe propriedades essenciais e o predicado atribuía propriedades acidentais, mas não existiam propriedades essenciais não triviais de fato; tudo dependia de como decidíamos fazer referência.

O positivismo lógico defendia que a necessidade *de re* reduz-se à necessidade *de dicto*. Uma crença *de re* é uma crença cujo objeto é um particular (uma coisa), enquanto a crença *de dicto* é uma crença cujo objeto é uma proposição. Uma necessidade *de dicto* é a necessidade das proposições analíticas e a necessidade *de re* são as necessidades não-analíticas. Quine pretende provar, com o Argumento dos Planetas e com o Argumento do Ciclista-Matemático, que quando tentamos aplicar a necessidade ao mundo (*de re*), e não só à linguagem, ela se torna incoerente.

Argumento dos Planetas: 9 é necessariamente igual a 9; 9 é o número de planetas do sistema solar; logo, o número de planetas do sistema solar é necessariamente igual a 9. Se identificamos o 9 com o 9, então 9 é necessariamente 9, pois “ $9=9$ ” é analítica. Se identificamos o 9 com o número de planetas, então 9 não é necessariamente 9, pois “o número de planetas é 9” não é analítica. Se é assim, e a necessidade se reduz à linguagem, a necessidade *de re* é ininteligível. E, ainda, se é possível, como esse argumento mostra, que de premissas verdadeiras e forma lógica válida advenha uma conclusão falsa, então o uso da linguagem modal traria incoerência ao discurso.

A resposta de Desidério é que a leitura modal de Quine está enganada. Há ambiguidade na leitura da conclusão, relativa ao âmbito do operador modal de necessidade. Numa a conclusão é falsa, mas não se segue das premissas; donde não surgem problemas. Noutra, a conclusão se segue das premissas, mas é verdadeira; donde novamente não surgem problemas. Na primeira, podemos interpretar a conclusão como *de dicto*, afirmando somente que a frase “O número de planetas no sistema solar é 9” é necessariamente verdadeira. Na segunda, podemos fazer uma leitura *de re* da conclusão, com ela dizendo que se tome o número de planetas do sistema solar, ele é necessariamente igual a nove; o que seria simplesmente outra forma de dizer que 9 é necessariamente 9. Assim, o Argumento dos Planetas não funciona, pois a conclusão falsa que Quine quer que se siga das premissas não se segue, ou a outra possível interpretação fornece uma conclusão verdadeira. A falácia no pensamento nesse argumento ocorre porque Quine aceita sem restrições a teoria das descrições de Bertrand Russell, e a utiliza sem os devidos cuidados na hora de substituir um nome por uma descrição, inserindo o operador modal com âmbito longo, em vez de com âmbito curto.

Antes de seguir para o Argumento do Ciclista-Matemático, Murcho nos indica que não devemos pensar que a lógica modal é verofuncional, pois

seus operadores não são funções de verdade. Isso é mostrado pela comparação com a negação, por exemplo. Dada a verdade de P, podemos dizer a verdade de não-P; mas dada a verdade de P, não sabemos nada sobre a verdade de 'é necessário que P'. Voltando, então, ao Argumento do Ciclista-Matemático, ele quer provar que é ininteligível que um particular possa ter diretamente propriedades essenciais ou acidentais, pois tudo depende do modo como referimos o particular. Por exemplo: se referimos Fermat como matemático, então ele é necessariamente racional; e se referimos Fermat como ciclista, então ele não é necessariamente racional.

Argumento do Ciclista-Matemático: (I) Os matemáticos não necessariamente racionais; Fermat é um matemático; logo, Fermat é necessariamente racional. (II) Os ciclistas não são necessariamente racionais; Fermat é ciclista; logo, Fermat não é necessariamente racional. Dada a conjunção das conclusões de I e II, se a necessidade não for apenas linguística, teremos que admitir que Fermat é necessariamente racional e não é necessariamente racional; o que é absurdo.

A resposta de Desidério é que embora sejam possíveis muitas interpretações das frases do argumento de Quine, uma delas de fato leva à conclusão contraditória que ele alega. Então, o que sealaria daí é que não aceitamos que para todo ser, 'se ele é um ciclista, ele não é necessariamente racional', pois sua contraditória (a de que existe algo que é um ciclista necessariamente racional) é verdadeira. Dessa forma, não ocorre nenhum problema (como pretendia Quine que ocorresse) ao atribuímos a necessidade às coisas.

Outro argumento contra o essencialismo é o Argumento dos Humaninos, baseado no paradoxo de Goodman. Ele quer provar que as atribuições de propriedades essenciais e acidentais dependem apenas de convenções; mas, como as convenções são arbitrárias, também o são as atribuições de propriedades essenciais.

Argumento dos Humaninos: Outro povo (os humaninos) poderia definir que: (I) um particular é um ser humanino se, e só se, nascer antes do ano 2100 e for um ser humano, ou nascer depois do ano 2100 e for um canino; (II) um particular é um ser humano se, e só se, nascer antes do ano 2100 e for um humanino, ou nascer depois do ano 2100 e for um canimano; (III) um particular é um canimano se, e só se, nascer antes do ano 2100 e for um canino, ou nascer depois do ano 2100 e for um humano. Daí, se temos razões para dizer que Sócrates era essencialmente humano, também temos razões para dizer que ele era essencialmente humanino. Donde, torna-se ininteligível dizer que Sócrates em si mesmo é essencialmente humano; a essencialidade é sempre de acordo com a convenção.

Este argumento a favor do convencionalismo acaba por virar anticonvencionalista, pois deixa claro que a realidade se impõe às nossas

percepções. Afinal, em 2101 uma pessoa não é mais humanina e continua sendo humana. Além disso, se as classificações forem apenas convencionais, nunca poderemos descobrir que estamos errados.

Existe ainda um outro argumento chamado Argumento da Identidade Transmundial, que afirma que o essencialismo não é capaz de prover um critério de identidade transmundial, ou seja, não tem critérios para indicar que um dado particular num mundo possível é idêntico a um dado particular noutro mundo possível. E, sem tal critério, a afirmação de que Sócrates é essencialmente ser humano é arbitrária. A resposta de Desidério a isso é que querer encontrar o critério antes da discussão essencialista não é razoável, dado que se soubermos as propriedades essenciais de um particular, saberemos identificá-lo em todos os mundos possíveis. Assim, achar o critério depende da própria discussão essencialista. Além disso, o problema da identidade transmundial só surge se tomarmos o idioma dos mundos possíveis como primitivo; o que não é feito aqui. Aqui ele é tomado apenas como um instrumento.

Capítulo 3 – O Empírico e o Necessário

Dois grupos de razões sustentam o essencialismo naturalizado: (I) a existência de identidades necessárias, e (II) o essencialismo ter maior poder explicativo que o anti-essencialismo. E isso é o que vai ser examinado por Desidério agora.

Para dizer o que são identidades necessárias, Murcho indica o *modus ponens* de Kripke (MPK): se água é H_2O , então é necessariamente H_2O ; água é H_2O ; logo, a água é necessariamente H_2O . Então, ele nos diz que descobrimos *a posteriori* a proposição “a água é H_2O ” e que só a poderíamos ter conhecido *a posteriori*. Sendo ela premissa de um argumento válido, seu caráter *a posteriori* contaminaria a conclusão, que também seria somente conhecível *a posteriori*. Murcho chama de Princípio K essa capacidade de contaminar do *a posteriori*, asserida por Kripke; mas prefere reformular tal princípio para caber melhor com a tese aqui defendida. A reformulação seria: se uma dada proposição só for primitivamente conhecível por meio de um argumento sólido *a posteriori*, essa proposição será unicamente conhecível *a posteriori*.

A resposta da questão de por que o Princípio K (o original ou o reformulado) só vale para o *a posteriori* parece resultar da definição de conhecimento *a priori* e conhecimento *a posteriori*: se tenho que recorrer à experiência para saber algo, então o sei, por definição, *a posteriori*. Como para saber que necessariamente P, eu preciso saber que P, e como P só pode ser sabida *a posteriori*, necessariamente P só poderá ser sabida *a posteriori*.

Nesse ponto, surge um grupo de objeções, que exporei a seguir.

A primeira é que podemos conhecer que necessariamente P *a priori*; por exemplo: Sócrates não é Sócrates; logo, necessariamente a água é H₂O. A resposta aqui é que podemos conhecer proposições por meio de contradições, mas não basta a validade de um argumento para que possamos conhecer a verdade de sua conclusão; o conhecimento é factivo. Por exemplo, não podemos saber que 'Sócrates não é Sócrates; logo, a lua é feita de queijo'. Além disso, ter uma contradição como premissa, torna a crença nessa conclusão irrelevante.

Outra objeção é que podemos usar argumentos *a posteriori* e ter conclusões sabidas *a priori*. Exemplo: se água é H₂O, então $2 + 2 = 4$; água é H₂O; logo, $2 + 2 = 4$. Desidério responde isso dizendo que o Princípio K se aplica apenas a proposições somente conhecíveis *a posteriori*. Uma terceira objeção é que não é apenas por argumento sólido que sabemos que a água é H₂O; podemos saber por testemunho. E sua respectiva resposta é que não podemos saber primitivamente por testemunho.

A quarta objeção é que o Princípio K depende do pensamento de que se um agente cognitivo conhecer as premissas de um dado argumento sólido, ele conhecerá suas consequências lógicas. Entretanto, um agente pode saber as proposições das premissas (sem serem premissas de um argumento) e não realizar a conclusão. O Princípio K não explica como se conhecem *a posteriori* verdades necessárias conhecidas como necessárias, apenas diz que uma dada proposição necessária pode ser conhecida por nós *a posteriori*. Desidério nos diz que o Princípio K é estabelecido em termos de o que é conhecível, e não de o que é conhecido. Se alguém sabe que P unicamente por argumentos *a posteriori*, ele sabe P *a posteriori*. E a descoberta de que a água é H₂O (supostamente *a posteriori* necessária) é uma prova de que o Princípio K acomoda o fato de uma pessoa ter as premissas e não retirar a conclusão. Pode-se ainda tentar objetar que não há razões para aceitarmos o Princípio K, se não aceitarmos a teoria do necessário *a posteriori*. Mas poderíamos ainda dizer que o Princípio K é neutro e independente do necessário *a posteriori*. Ele é simplesmente a aplicação da definição de conhecimento *a priori* e conhecimento *a posteriori*.

Embora tantas objeções e tanta diferença com a teoria tradicional do *a priori*, Albert Casullo pensa que podemos concordar que há verdades necessárias unicamente conhecíveis *a posteriori* e manter parte da visão tradicional. Ele faz uma divisão entre valor de verdade, estatuto modal geral e estatuto modal específico, e indica que podemos saber o primeiro independente do segundo. O primeiro, como o nome já diz, tem a ver com a verdade ou a falsidade da frase; o segundo tem a ver com a modalidade dessa verdade (necessária ou contingente); e o terceiro é uma conjunção dos dois primeiros. Casullo nos mostra que, de fato, há proposições cujo

estatuto modal específico é somente conhecível *a posteriori*, embora seu estatuto modal geral possa ser conhecido *a priori*.

Sobre o argumento de Casullo, Desidério Murcho nos fala que ele é válido, mas não é e nem pretende ser uma refutação do necessário *a posteriori*. Ele apenas mostra que a tradição poderia ter em vista o estatuto modal geral quando afirmava que todas as proposições necessárias eram conhecíveis *a priori*. Então, a partir de Casullo, o essencialista falaria que o estatuto modal específico de algumas proposições só pode ser conhecido *a posteriori*, embora possamos conhecer o estatuto modal geral *a priori*.

Murcho, então, parte para falar de algumas teorias opositoras, começando pela teoria do sintético *a priori*. Esta afirma que as leis fundamentais da ciência são sintéticas e conhecíveis *a priori*. Ele diria, por exemplo, que se tomarmos “a água é H_2O ” como uma lei fundamental da ciência, falaríamos que ela é conhecível *a priori*. A resposta de Murcho é dizer que “a água é H_2O ” não é uma lei fundamental da ciência e é indefensável que a saibamos *a priori*. Diz ainda que, mesmo que defendamos que podemos saber *a priori* que ‘se água é H_2O , então é necessariamente H_2O ’, precisaremos do necessário *a priori* para falar da proposição “a água é H_2O ”.

É possível também uma teoria objetora radical do sintético *a priori*, afirmando que sabemos *a priori* que água é H_2O . A resposta é dizer que não se pode apelar para a teoria do sintético *a priori* para refutar a do necessário *a posteriori*; tem de haver uma justificativa independente. E a justificativa pelo necessário *a posteriori* é que não há razões independentes para aceitarmos que é *a priori* o que nos parece *a posteriori*.

O necessário *a posteriori* se relaciona com o essencialismo no ponto de que a existência de verdades necessárias é uma condição necessária e suficiente para o essencialismo. Isso é assim, pois: (I) se uma verdade é unicamente conhecível *a posteriori*, não pode ser uma verdade lógica ou conceitual; (II) se I é uma verdade necessária, então há verdades necessárias não-lógicas; (III) existir verdades necessárias não-lógicas é a tese do essencialismo.

Daí, então, o que faltaria estabelecer para aceitarmos o essencialismo seria a existência das condicionais essencialistas, que são as condicionais que têm a antecedente somente conhecível *a posteriori*, como “se a água é H_2O , então é necessariamente H_2O ”; e não como “se $2 + 2 = 4$, então necessariamente $2 + 2 = 4$ ”, onde a antecedente é conhecível *a priori*. E para falar sobre tais condicionais, cabe antes falar sobre os designadores rígidos.

A tese da designação rígida afirma somente que o nome de um particular no mundo atual designa aquele particular em todos os mundos possíveis, em detrimento de uma descrição, que pode designar qualquer particular que tenha as propriedades da descrição. Assim, enquanto uma descrição (tal como “o presidente do Brasil” ou “a cidade maravilhosa”) é um

designador flexível, um nome (tal como “Lula” ou “Rio de Janeiro”) é um designador rígido. Essa tese não deve ser confundida com a tese da não-contingência da designação. Esta última afirma somente que os particulares não podiam ter outro nome; o que é deveras anti-intuitivo. A designação rígida é metafisicamente neutra, segundo Murcho, podendo e devendo ser aceita por essencialistas e antiessencialistas, a fim de que possam falar sobre um mesmo particular se ele tem ou não propriedades contingentes. Sem ela, muitas vezes estaríamos falando de outro particular que não o que queremos referir quando tratamos de mundos possíveis. Entretanto, ainda que ela esteja errada, Murcho indica que devemos aceitá-la por estipulação.

Mas voltemos, então, à condicional essencialista: se $a = b$, então necessariamente $a = b$. O problema se encontra no fato de que essa proposição é demonstrável logicamente, mas parece falsa quando substituímos as letras por nomes (como, por exemplo, “Vésper” e “Fósforo”). A solução de Kripke e de Murcho foi tentar mostrar que a fórmula é verdadeira, mesmo quando substituímos as letras por nomes. Assim, supondo que Vésper é Fósforo e aceitando a tese da designação rígida, temos que aceitar que “Vésper é Fósforo” é verdadeira em todos os mundos possíveis em que Vésper existe. Pois se ambos os particulares designam o mesmo particular em todos os mundos possíveis em que ele existe, então Vésper é Fósforo necessariamente.

Uma objeção é que se Vésper não se chamar Fósforo, então Vésper não será Fósforo. Respondemos a isso lembrando-nos que a designação rígida mostra que isso não é o caso. Mesmo que num mundo possível Vésper não se chame “Fósforo”, o particular referido será Vésper e Fósforo. Daí, então, com a condicional anteriormente estabelecida, o Princípio K e o MPK ‘se Vésper é Fósforo, é necessariamente Fósforo; Vésper é Fósforo; logo, Vésper é necessariamente Fósforo’, Murcho pretende ter demonstrado a existência de verdades necessárias apenas conhecíveis *a posteriori* e, conseqüentemente, do essencialismo.

O essencialismo pode ser dividido em três graus: (0) o antiessencialismo – afirma que as propriedades essenciais são triviais (conhecíveis *a priori*), que as necessidades e possibilidades lógicas são absolutas, que a modalidade *de re* é redutível à *de dicto*, e que só as verdades analíticas são necessárias; (1) o essencialismo de identidade – afirma que a identidade é uma propriedade essencial não-trivial conhecida *a posteriori*, que a necessidade lógica é absoluta, que a possibilidade lógica é relativa, que a necessidade *de re* não é redutível à necessidade *de dicto*, e que existem verdades necessárias *a posteriori*; (2) o essencialismo substancial – afirma o mesmo que o essencialista de identidade, mas também diz que existem propriedades essenciais não triviais além da identidade.

O antiessencialista pode até chegar a aceitar a necessidade da identidade como verdade lógica (se $a = b$, então necessariamente $a = b$), mas diz que

não há razões para aceitar o essencialismo substancial. O essencialista responde que se o essencialismo é mais intuitivo e se os argumentos antiessencialistas se baseiam em confusões modais e linguísticas, então o ônus da prova não é do essencialista, mas do antiessencialista. O essencialista, por sua vez, afirma que não há razões independentes para rejeitarmos nossas intuições modais e que os contraexemplos antiessencialistas resultam de confusões. Por exemplo, se Sócrates fosse um robô e não um humano (como gostaria de exemplificar o antiessencialista), isso não causaria nenhum problema para o essencialista, pois este só quer dizer que se Sócrates era humano, então era necessariamente humano. O antiessencialista estaria querendo dizer algo confuso como 'se esta mesa é feita de madeira, então ela não é necessariamente feita de madeira' ou 'se Brutus é filho de César, então Brutus não é necessariamente filho de César'. Isso é uma confusão linguística, pois uma das coisas que faz Brutus Brutus é sua identidade genética (propriedade essencial, mas não é individuadora), e não o nome que foi dado a ele ou suas realizações na vida. Uma pessoa que ocupasse o mesmo cargo de Brutus, mas que não fosse filho de César, não seria Brutus.

Mas isso pode nos fazer pensar que o determinismo consome o essencialismo, transformando todas as propriedades em essenciais e acabando com os mundos possíveis. A objeção é que se Sócrates não poderia ter sido um chinelo, então ele não poderia ter sido diferente de como efetivamente foi, ou seja, se alguma coisa efetivamente é o caso, então é necessariamente o caso. A resposta é dizer que a tese determinística afirma que não há mundos possíveis diferentes do atual que tenham as mesmas leis da natureza e condições iniciais, e dizer que ela nada diz sobre a existência de mundos possíveis com diferentes leis e condições iniciais. Daí, as condições iniciais ou as leis poderiam ter sido ligeiramente diferentes e terem permitido a existência de propriedades essenciais não triviais e propriedades não-essenciais.

Enfim, o essencialismo utiliza o Princípio K junto com os exemplos relevantes de MPK, a fim de mostrar como a experiência interage com princípios metafísicos *a priori* (condicionais essencialistas) para produzir verdades necessárias *a posteriori*, sendo alguns princípios metafísicos de caráter lógico (necessidade da identidade) e outros não (como as propriedades intrínsecas encontradas empiricamente). E isso é devido à epistemologia essencialista. Ela afirma que nem todo conhecimento primitivo é não-inferencial, pois as verdades essencialistas não podem ser vistas como verdadeiras, mas podem ser concluídas como tal. E isso é feito assim: a partir de um conhecimento empírico, aplica-se o princípio *a priori* de que um objeto é necessariamente idêntico a si mesmo.

Tendo tudo isso em vista, o essencialismo naturalizado defende que a noção de necessidade metafísica é necessária para dar sentido à questão de

se as leis da natureza são necessárias, pois é trivial que elas sejam fisicamente necessárias e logicamente contingentes. O antiessencialista, além de não conseguir explicar a pergunta (pois pensa a necessidade lógica como absoluta), não consegue explicar a ciência (por pensar que as estruturas das coisas descobertas pela ciência são contingentes) e não fornece razões independentes para o aceitarmos. Além disso, se recusarmos o essencialismo e tomarmos a possibilidade lógica como absoluta, não teremos ganho nenhum em nosso conhecimento sobre as possibilidades, pois pensar que o que é logicamente possível é metafisicamente possível não nos provê um raciocínio modal útil para determinarmos as coisas que pensamos serem possíveis dada a natureza intrínseca do mundo. O trabalho, desse ponto em diante, seria determinar os limites da possibilidade metafísica.

Conclusão

O antiessencialista, entre diversos tipos, pressupõe: que toda a possibilidade metafísica é a possibilidade lógica, que todo o conhecimento primitivo é empírico (não-inferencial) e que o *a priori* é redutível à linguagem. Embora ele infle o campo das possibilidades metafísicas, ele não explica como eliminamos as possibilidades “a mais”, ou seja, as possibilidades que não julgamos realmente possíveis (como um carro se transformar num cartão de crédito). Outro problema enfrentado pelo antiessencialista é explicar como podemos fazer ciência se as conjunções constantes de propriedades (em linguagem essencialista, os particulares) estudadas pela ciência não têm nenhuma conexão necessária. O essencialista, por sua vez, diz que nós aprendemos a captar os modos como o mundo pode ou não pode ser; se pergunta se as necessidades naturais são necessidades metafísicas; e explica porque certas estruturas seriam invariáveis, mesmo que as leis naturais fossem contingentes. Enfim,

Dado que nem todo conhecimento primitivo é não-inferencial, a interação entre conhecimento a posteriori e a priori permite-nos formar crenças sobre verdades necessárias empíricas. E, assim, a necessidade não é meramente linguística, e o mundo não é um feixe de acontecimentos aleatórios, convencionalmente organizado por nós em ilusórias leis da natureza. (p. 81)

Endereço ao Autor:
Rua Cândido Mendes, 279 ; 901
20241-220 Rio de Janeiro - RJ
rodrigorlcid@gmail.com